



Consultora: Vânia Apolônio de Trajano

Número do Contrato de Prestação de Serviços Profissionais de Consultoria Nº 115112

Nome do Projeto: Mudanças Climáticas

Produto 1

**Levantamento das ações de combate à desertificação realizadas no âmbito da
cooperação técnica do MMA com o IICA e a sistematização dos dados**

Maio/2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1. CONTEXTUALIZANDO A COOPERAÇÃO COM O IICA	07
1.1 O IICA	07
1.2 Ações para o combate à desertificação no âmbito da Cooperação Técnica com o IICA.....	07
2. O PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA NA AMÉRICA DO SUL – PCD IICA/BID	10
2.1 Descrição do Programa	10
2.1.1 Objetivos do PCD.....	10
2.1.2 Componentes do Programa.....	11
2.1.3 IICA - Agência Executora do PCD IICA/BID.....	11
2.1.4 Antecedentes.....	12
2.1.5 Aspectos Socioambientais.....	13
2.1.6 Benefícios e Beneficiários.....	14
3. PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PCT BRA/IICA/05/004	15
3.1 Identificação do Projeto	15
3.2 Antecedentes	16
3.2.1 Objetivos do PCT.....	18
3.3 Execução do Projeto	18
4. PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PCT BRA/IICA/14/001	50
4.1 Identificação do Projeto	50
4.2 Antecedentes do PCT BRA/IICA/14/001	51
4.2.1 Objetivos do PCT.....	54
4.3 Execução do Projeto	55
5. PROJETO ECONORMAS	60
5.1 Identificação do Projeto	60
5.2 Antecedentes	61

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AL	Alagoas
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASD	Áreas Suscetíveis à Desertificação
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CE	Ceará
COP	Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRIC	Comitê de Revisão da Implementação da Convenção
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Secas
DCD	Departamento de Combate à Desertificação
ES	Espírito Santo
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MA	Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAE	Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação
PAN Brasil	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

LISTA DE SIGLAS

PB	Paraíba
PCD	Programa de Combate à Desertificação
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RN	Rio Grande do Norte
SAP	Sistema de Alerta Precoce
SE	Sergipe
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SEMARH	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
TDR	Termo de Referência
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/14/001, em execução no âmbito da cooperação Brasil, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – SEDR/MMA, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, tem como objetivo principal desafio definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD. Para isto espera fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate à desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários.

Por meio do Edital Nº 068/2015 - Seleção de Consultoria Pessoa Física, Código TR/PF/IICA/5520, deu-se a contratação desta consultoria para sistematizar informações e elaborar estudo dos impactos das intervenções para o combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica internacional com o IICA apontando insumos para o Relatório Nacional da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, diretrizes e estratégias para o MMA.

No Contrato de Prestação de Serviços Nº 115112 desta consultoria foram estabelecidos os seguintes produtos: Relatório contendo o levantamento das ações de combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica do MMA com o IICA e a sistematização dos dados; documento contendo metodologia, atividades e conteúdo para a avaliação; Versão preliminar do estudo dos resultados, produtos e impactos das intervenções para o combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica internacional com o IICA apresentando insumos para o Relatório Nacional da UNCCD, apontando insumos para o Relatório Nacional da UNCCD, diretrizes e estratégias para o MMA.

O presente Relatório refere-se ao Produto 1 “levantamento das ações de combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica do MMA com o IICA e a sistematização dos dados”.

Nesse contexto, em atendimento às normas contratuais (Contrato Nº 115112) e Termo de Referência, esta consultoria apresenta o Relatório Técnico (Produto 1) contendo levantamento das ações de combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica do MMA com o IICA e a sistematização dos dados focado em quatro projetos principais: PCD IICA/BID, PCT BRA/IICA/05/004, PCT BRA/IICA/14/001 e Projeto ECONORMAS.

1. CONTEXTUALIZANDO A COOPERAÇÃO COM O IICA

1.1 O IICA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA - é um organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. O Brasil tornou-se membro em 1964. O Instituto mantém uma Agência de Cooperação Técnica em cada Estado membro com uma equipe de especialistas internacionais e nacionais. Tendo por missão apoiar os Estados membros no alcance do progresso e da prosperidade no Hemisfério mediante a modernização do setor rural, a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento de um setor agropecuário competitivo, tecnologicamente preparado, bem administrado sob o enfoque ambiental e socialmente equitativo para os povos das Américas; sua visão é transformar o IICA numa agência voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas. O Instituto concentra seus esforços de cooperação técnica em diversas áreas estratégicas: Comércio e Desenvolvimento dos Agronegócios, Desenvolvimento Rural Sustentável, Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos, Tecnologia e Inovação, Educação e Capacitação, Informação e Comunicação.

No Brasil, o IICA é especializado em temas relacionados ao desenvolvimento, entre os quais se destacam: Gestão integrada de recursos hídricos; meio ambiente; agricultura familiar; combate às causas da pobreza rural; combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca; reestruturação agrária; desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS); desenvolvimento institucional; formação de capital humano; fortalecimento do capital social; equidade de gênero; cadeias de agronegócios familiar e segurança alimentar.

1.2 Ações para o combate à desertificação no âmbito da Cooperação Técnica com o IICA

O IICA é o principal parceiro do MMA nas ações de combate à desertificação com a Cooperação Técnica. Essa parceria possibilitou inúmeras ações enfatizando aqui a elaboração do PAN Brasil, a implementação de ações previstas pelo PAN Brasil tais como a realização de estudos para o aprimoramento do conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e ocorrência de secas nas ASD, a criação de estratégias

para o fortalecimento institucional, a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs e a criação do Sistema de Alerta Precoce sobre Desertificação-SAP.

A relação da cooperação técnica IICA e MMA dá-se por meio das seguintes ações:

- **PCD IICA/BID:** Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul (Lucha Contra la Desertificación en América del Sur – coordenado pelo IICA, executado integralmente com recursos de doação do Governo Japonês por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – firmado em 2002 com objetivo de propiciar uma base referencial e conceitual para confrontar a questão da degradação das terras nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas, e os efeitos da seca, em seis países sul-americanos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru;
- **PCT BRA/IICA/05/004:** Projeto de Cooperação Técnica de “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil” – firmado em 20 de dezembro de 2005 e finalizado em 20 de dezembro de 2014 com **objetivo** de contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs;
- **PCT BRA/IICA/14/001:** Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)” – firmado em 26 de dezembro de 2013 com execução prevista para 206 de dezembro de 2018.com objetivo de apoiar o Ministério do Meio Ambiente no planejamento e na implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e considerando o Plano Estratégico Decenal (2008-2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD);
- **Projeto ECONORMAS:** Projeto “Econormas 018/2012/Intervenciones de lucha contra la desertificación y la sequía”, concebido no âmbito da parceria firmada entre o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a União Europeia – EU Convênio DCI-ALA 2009/19707, sob gestão do Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) e execução

coordenada pelo IICA tem como objeto estabelecer a integração e a difusão de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, a princípio, em quatro zonas da região do MERCOSUL. O projeto foi lançado em dezembro de 2009.

Dentre outras ações voltadas para o combate à desertificação coordenadas pelo IICA destacam-se:

- No Núcleo de Desertificação do Seridó/RN, uma das áreas consideradas prioritárias pelo PAN Brasil, a parceria do IICA com o governo do estado do Rio Grande do Norte resultou no Projeto de “Apoio ao funcionamento e desenvolvimento de Projetos Comunitários de Combate à Desertificação da Agência de Desenvolvimento do Seridó (ADESE)”;
- Na cooperação bi e multilateral o IICA integra o grupo de organismos de cooperação internacional que celebrou o Memorandum of Understanding (MoU), estratégia de cooperação firmada com o MMA que prioriza a busca por complementaridades e sinergias entre as ações desses programas, usando a UNCCD como diretriz global e os PANs como balizadores das intervenções num determinado país;
- No âmbito da parceria do IICA com o Ministério da Integração foi firmado em 1º de junho de 2007 e deverá ser finalizado em 30 de maio de 2015, o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/07/001 - IICA/MI “Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação Preservação e Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semiárida do Brasil” com objetivo de estabelecer bases conceituais e técnicas, tendo como referência as premissas do Projeto Áridas, para implementação de ações de combate à desertificação; Elaborar estudos, planos e projetos, e formular recomendações técnicas para intervenções nas ASD e desenvolver ações de capacitação para promoção do desenvolvimento sustentável em espaços prioritários;
- Por meio de uma ação coordenada e integrada entre o PCT com o Departamento Nacional de Obras Contra Secas – DNOCS e o PCT BRA/IICA/05/004, o IICA contribuiu para os estudos e a realização do Zoneamento Ecológico Econômico do Núcleo Desertificado de Gilbués/PI, área também considerada prioritária pelo PAN Brasil;
- Ação com o Governo do Estado da Bahia por meio do Projeto de Uso Sustentável da Água e Mitigação dos Efeitos das Secas no Estado da Bahia (Projeto BRA/IICA/10/003), com implementação iniciada em janeiro de 2010;

- Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semiárida do Brasil (Projeto BRA/IICA/07/001), cuja implementação teve início em setembro de 2011.

O conjunto de ações realizadas pelo MMA em parceria e/ou com o apoio do IICA, bem como o leque de projetos de cooperação técnica da sua Carteira de Projetos que possuem interface com o tema do combate à desertificação, se juntam ao contínuo e permanente esforço do Brasil para o alcance dos grandes objetivos da Convenção que são a articulação, harmonização e integração operacional em termos de projetos, ações e políticas públicas voltadas para as ASD.

Diante deste cenário são apresentados no Relatório informações técnicas sobre o Programa IICA/BID e sobre os dois PCTs BRA/IICA/05/004 - PAN Desertificação e BRA/IICA/14/001 - “Mudanças Climáticas”. As informações sobre o Projeto ECONORMAS se encontram no Anexo 4.

2. O PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA NA AMÉRICA DO SUL – PCD IICA/BID

2.1 Descrição do programa

- ✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Convênio: ATN-JF-7905-RG)
- ✓ Agência Executora: IICA / Brasil
- ✓ Países Participantes: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru
- ✓ Celebração da Carta de Entendimento: Pontos focais nacionais da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD); UNCCD e Rede Internacional das ONGs sobre Desertificação – Grupo América Latina e Caribe – RIOD/LAC; Fundação Grupo ESQUEL Brasil e IICA.

2.1.1 Objetivos do PCD

a) Objetivo Geral:

Propiciar uma base referencial e conceitual para confrontar a questão da degradação das terras nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas, e os efeitos da seca, nos seguintes Países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru.

b) Objetivos específicos:

- (i) aumentar a capacidade institucional dos países participantes para combater os problemas sócio econômicos e ambientais associados/causados pela seca e degradação de terras áridas que caracterizam o processo de desertificação;
- (ii) desenvolver e aplicar indicadores padronizados de desertificação;
- (iii) contribuir para identificar as causas da desertificação;
- (iv) contribuir para a redução do processo de desertificação.

2.1.2 Componentes do Programa:

- A harmonização e aplicação dos Indicadores de Desertificação existentes (coleta de dados, armazenamento, processamento e análise de informações);
- A elaboração de orientações e diretrizes e eventualmente a proposição de políticas dirigidas ao combate à desertificação;
- O fortalecimento institucional por meio da capacitação e da conscientização pública e disseminação da informação. Estas atividades estão concatenadas com as áreas prioritárias definidas nas Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação (a Conferência, COP-6, realizada de 25 de Agosto a 05 de Setembro de 2003 em Havana-Cuba) e destacada nos Planos de Ação Nacional dos países participantes.

2.1.3 IICA - Agência Executora do PCD IICA/BID

A execução foi entregue ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que tem sólida tradição e experiência em cooperação na promoção de desenvolvimento rural sustentável na América Latina e Caribe. Deve-se destacar que a opção pelo IICA como agência executora foi acertada. De um lado, o PCD se beneficiou da rede de cooperação técnica que o IICA mobiliza na região, pois o Instituto está presente fisicamente, por meio de Representações, nos 34 Países das Américas. Esta condição conferiu ao Programa, a necessária agilidade e flexibilidade administrativa e financeira que caracteriza a execução de projetos de cooperação técnica a cargo do IICA Brasil, todos atributos importantes para a implementação exitosa de um programa como o PCD.

De outra parte, o IICA, que até então não tinha um envolvimento direto no tema do combate à desertificação, foi acreditado junto à Convenção de Combate a Desertificação

como Organização Intergovernamental, passou a participar das reuniões do UNCCD e, com o apoio do PCD, contribuir para a preparação das reuniões regionais da Convenção e principalmente para qualificar os países para assumir um papel mais ativo nos trabalhos da Convenção.

Neste sentido, pode-se dizer que, por intermédio de ações do IICA junto a vários países da região e nas reuniões da UNCCD, a colaboração do Programa na luta contra a desertificação teve um escopo geográfico regional, e não apenas nos 6 países participantes. A agência executora atua por meio do Coordenador do Programa (CP), a quem se atribuem todas as responsabilidades que cabem ao IICA, desde a administração dos recursos, execução do Plano de Trabalho, preparação dos Relatórios Técnicos de Progresso de andamento e financeiros exigidos pelo BID e a secretaria do Comitê Executivo.

2.1.4 Antecedentes

A situação que caracterizava os seis países sul americanos participantes do Projeto (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru) no final de 2002 era bastante diferenciada. Os seis países ratificaram a Convenção de Combate à Desertificação, e desde 1996 têm-se dedicado ao desenvolvimento de uma metodologia para a seleção de Indicadores de desertificação (físicos, biológicos, socioeconômicos e institucionais).

Chile e Argentina, apresentavam maior grau de organização institucional e de ações na área, não apenas em termos de políticas públicas como também em termos de capacitação científica e experiências de campo no combate à desertificação. Instituições como a Universidad de Chile e o Instituto Argentino de Investigación de Zonas Áridas (Iadiza), na Argentina, eram em muitos campos referências e líderes no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e combate à desertificação na Região. Tanto a Argentina como o Chile têm extensas áreas do território nacional sujeitas à desertificação (60% na Argentina e 45% no Chile, que incluem importantes áreas agrícolas, como Mendoza na Argentina e vales de produção irrigada no Chile.

No Brasil, o tema, que tinha sido promovido durante a segunda metade dos anos 90, culminando com a organização da COP – III, em Recife (15 a 26 de novembro de 1999), havia entrado em letargia desde o início da década atual. Praticamente não se falava em desertificação, e o tema entrava na agenda negativa, que precisava ser escondida, e não enfrentada. No plano institucional, o assunto era tratado no nível de 3º escalão da Administração Federal,

e o ponto focal, que antes do Programa, era um técnico, foi assumido pelo próprio Secretário de Estado da Secretaria de Recursos Hídricos vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA a partir de 2003.

Peru e Bolívia são países que têm extensas áreas em processo de desertificação (41% e 22% do território, respectivamente), onde vivem quase 5 milhões de pessoas no Peru e 20 milhões na Bolívia; na maioria são terras no altiplano, sobre exploradas economicamente e algumas sobre povoadas, sujeitas a fenômenos naturais e ações antrópicas. No Equador a área geográfica é pequena, mas significativa em termos de população afetada. Em que pese a importância das áreas afetadas por processos mais ou menos avançados de desertificação, nenhum destes países contava com mecanismos de monitoramento e muito menos com ações abrangentes de combate do processo.

Entre os organismos internacionais havia pouco, ou nenhuma coordenação. A própria Conferência havia perdido o ímpeto inicial, e apresentava baixa capacidade para apoiar os países da região na formulação de estratégias e implementação de políticas de combate à desertificação. Iniciativas anteriores, do próprio BID e da CEPAL, não haviam sido concluídas e não se articulavam. Entre as agências de cooperação técnica não se registrava nenhum programa relevante na área. A tarefa inicial do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul - PCD foi o de articular os esforços e coordenar as ações com outras instituições, tanto no plano nacional como internacional.

2.1.5 Aspectos Socioambientais

O Programa foi originalmente concebido para a proteção e recuperação ambiental e para o estabelecimento de uma base sã e íntegra de recursos naturais para terras áridas da região.

Os aportes são constituídos essencialmente de assistência técnica; treinamento e capacitação; formulação de políticas; e disseminação de informações em benefício e o bem-estar das comunidades locais.

O Programa incentiva a abordagem participativa em todos os seus níveis e partícipes (*stakeholders*) levando em consideração as etnias e o gênero. Da mesma forma, resguarda os valores socioculturais das regiões onde tecnologias apropriadas e práticas tradicionais de combate à desertificação sejam aplicadas.

2.1.6 Benefícios e Beneficiários

O Programa também objetiva promover a conscientização e sensibilização pública para problemas ambientais associados ao processo da desertificação. Indicadores e Referências serão identificados nos Países, e consolidados em escala regional para apoiar especialistas e as comunidades locais na avaliação das causas que levam à desertificação.

A consolidação dos indicadores socioeconômicos e ambientais em nível regional, assim como, sua aplicação e avaliação nos projetos piloto, deverá fornecer elementos informativos essenciais e conclusivos, para a formulação de políticas ou programas orientados para a identificação das causas da desertificação.

O treinamento especialmente orientado para grupos específicos deverá contribuir para a melhoria do planejamento e gerenciamento e utilização dos recursos naturais. As atividades complementares para o fortalecimento institucional deverão propiciar sustentação adicional neste aspecto.

Da mesma forma, o treinamento preconizado deverá enfatizar a conservação e a proteção dos recursos naturais das terras áridas, assim como, destacar a necessária adoção de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis no contexto do uso sustentável dos recursos naturais das terras áridas.

Ressalta-se que o Programa deverá fortalecer a cooperação existente na conservação e gerenciamento de terras áridas, entre instituições governamentais e não governamentais, em nível nacional ou regional. Esta cooperação deverá assegurar um intercâmbio contínuo de experiências técnicas em combate à desertificação e gestão de terras áridas.

Neste contexto, o organismo executor IICA desempenha um papel preponderante e fundamental em nível regional no âmbito da cooperação técnica, propiciando a necessária articulação e interação com instituições e especialistas, promovendo a combinação de esforços e evitando a superposição de atividades e dispêndios de recursos humanos e financeiros.

Neste produto 1 optou-se por apresentar uma breve descrição do Programa. O detalhamento das informações, a análise da execução e dos resultados do programa podem ser acessados no Anexo 1, no documento intitulado Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul - Relatório de Avaliação Final. Este Relatório é base para o produto final desta consultoria.

3. PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PCT BRA/IICA/05/004

3.1 Identificação do Projeto

Título: “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil”

Código do Projeto: BRA-IICA/05/004

Sede do Projeto: Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

Área Temática: Combate à desertificação

Instituição Nacional Executora: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR-MMA)

Duração do Projeto:

Vigência Original:	Início: 20/12/2005	Término: 20/02/2009
Vigência Revisão Nº 1:	Início: 20/02/2009	Término: 20/12/2009
Vigência Revisão Nº 2:	Início: 20/12/2009	Término: 20/02/2012
Vigência Revisão Nº 3:	Início: 20/02/2012	Término: 20/07/2014
Vigência Revisão Nº 4:	Início: 20/07/2014	Término: 20/12/2014
Prazo de Execução Total:	Início: 20/12/2005	Término: 20/12/2014

Aporte da Instituição Nacional Executora:

– Orçamento Original:	R\$ 4.140.000,00
– Primeira Revisão:	R\$ 4.564.663,37
– Segunda Revisão:	R\$ 0,00
– Terceira Revisão:	R\$ 2.947.447,08
– Quarta Revisão:	R\$ 632.703,11
– Total Geral do Orçamento:	R\$ 12.284.813,58

Origem dos Recursos: Orçamento Geral da União

Breve Descrição do Projeto: Este Projeto objetiva contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação-ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e

Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN -Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs.

3.2 Antecedentes

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), após a entrega oficial do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca– PAN-Brasil à Secretaria Executiva da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), em agosto de 2004, deu início ao processo de execução do Programa.

Com o documento do PAN-Brasil, o País passou a contar com um importante instrumento norteador do processo de transformação da realidade das áreas definidas como susceptíveis à desertificação e iniciou uma nova fase – a da implementação do Programa. Para essa fase, seguindo orientação da CCD, o Brasil vem estabelecendo parcerias estratégicas no sentido de assegurar aporte de recursos, apoio técnico e institucionalização necessários para a execução do Programa.

Para essa fase, seguindo orientação da UNCCD, o Brasil buscou estabelecer parcerias estratégicas no sentido de assegurar aporte de recursos, apoio técnico e institucionalização, necessários para a execução do Programa. Entre essas parcerias, destaca-se o acordo de cooperação formalizado com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) que gerou o PCT BRA/IICA/05/004 de “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil” – firmado em 20 de dezembro de 2005 e finalizado em 20 de dezembro de 2014.

Destaca-se, nesse contexto, além da experiência regional do IICA com o tema da desertificação ao coordenar o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul - IICA/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que envolveu seis países, entre esses o Brasil, a ampla participação desse organismo internacional no processo de elaboração do PAN-Brasil (apoio técnico e financeiro). O Programa IICA/BID preconiza, entre os seus objetivos, o estabelecimento de indicadores de desertificação, consensuados em âmbito regional, que representam instrumentos orientadores para ações a serem desenvolvidas na implementação do PAN-Brasil.

Além disso, a temática de combate à desertificação já se encontrava presente e explícita em outros PCT's que o IICA vinha executando em cooperação com instituições como: o Ministério da Integração Nacional, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Da mesma forma as ações desenvolvidas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR nos estados da Região Nordeste e executadas pelo IICA, constituíam ações complementares no contexto social, inteiramente sustentáveis.

O PCT foi firmado buscando se ampliar o grau de conhecimento dos processos de desertificação e de sua extensão. Esse esforço apoiou-se na percepção estratégica de que, no Brasil, as ASD precisam se transformar em espaços dinâmicos e de prosperidade produtiva e social. As ASD, por sua situação atual, muitas vezes eram vistas como “áreas problemas” ou “deprimidas”, requerendo políticas, tratamentos e intervenções de caráter emergencial ou práticas assistencialistas. Na perspectiva do PAN Brasil, essas áreas eram percebidas como capazes de contribuir, de maneira eficaz e eficiente, para o desenvolvimento do País.

Nos domínios da ciência e da tecnologia, havia uma escassez de projetos de desenvolvimento, formulados em consonância com as exigências da proteção, preservação e conservação dos recursos naturais e grandes dificuldades de acesso a fontes de financiamento são mais acentuadas.

Diante dessas condições, havia uma necessidade premente de se estabelecer mecanismos para a implementação do PAN Brasil e critérios específicos para que o conhecimento sobre os processos de desertificação nas ASD pudessem ser ampliados, experiências exitosas implementadas em áreas piloto e que os dados fossem sistematizados e disponibilizados para diferentes atores sociais, agentes públicos, privados e não-governamentais com atuação nas ASD. A estratégia de implementação do PAN Brasil foi pautada pelos eixos temáticos especificados no documento do Programa: redução da pobreza e da desigualdade; ampliação sustentável da capacidade produtiva; conservação, preservação e manejo sustentável dos recursos naturais e gestão democrática e fortalecimento institucional.

O PCT teve como meta, além de suprir as demandas supracitadas, a criação de estratégias para o fortalecimento institucional e para isto buscou o aprimoramento dos marcos normativos ou regulatórios. Desta forma, as atividades do PCT criaram

condições materiais, humanas, financeiras e normativas para que, organizações governamentais e não governamentais se fortalecessem para o desempenho suas tarefas e competências com maior grau de eficiência e eficácia.

3.2.1 Objetivos do PCT

Objetivo de Desenvolvimento:

Contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs.

Objetivos Imediatos

- **OBJETIVO IMEDIATO 1:** Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação.
- **OBJETIVO IMEDIATO 2:** Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação.
- **OBJETIVO IMEDIATO 3:** Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

3.3 Execução do Projeto

OBJETIVO IMEDIATO 1 - Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, mitigação e combate à desertificação.

RESULTADO 1.1 - Estudar os processos e o estado da desertificação nas ASD.

→ Resultados Alcançados:

- Os estudos dos processos e do estado da desertificação foram elaborados contendo informações técnicas e estatísticas sobre a temática resultando no “Programa de Combate à Desertificação - PASA Antidesertificação”, documento que, após discussões com os representantes dos estados das ASD, apontou as áreas prioritárias para implementação de ações de combate à desertificação definidas no PAN Brasil;
- Foi produzido CD com banco de dados das ASD;
- Produto finalizado em 2007.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

O Resultado 1.1 favoreceu importante parceria entre o MMA e o Ministério da Integração Nacional que, além de apoiar a realização de estudo e o desenvolvimento da metodologia para o diagnóstico da desertificação nas ASD, posteriormente firmou um PCT com o IICA visando o “Desenvolvimento de ações de combate à desertificação e de estímulo à conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais na Região Semiárida do Brasil”.

RESULTADO 1.2 - Produzir o mapa atualizado do estado da desertificação no país.

➔ **Resultados Alcançados:**

- Foi produzido e publicado o “Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil” documento que consolidou uma base de informações sobre o estado da desertificação no país norteando o MMA na implementação do PAN Brasil e da UNCCD e os estados das ASD na elaboração de seus respectivos Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação.
- O Atlas teve duas edições, a primeira, uma pequena tiragem de 1.000 (mil) exemplares, foi disponibilizada para os atores sociais e multiplicadores que atuam com a temática do combate à desertificação no âmbito nacional e internacional e, a segunda edição, uma tiragem maior de 11.000 (onze mil) exemplares, disponibilizada como material técnico e didático para capacitações sobre a questão da degradação de terras e desertificação. Para estas edições o MMA contou, principalmente com o apoio da Cooperação Técnica Alemã – GTZ (hoje GIZ).

- O Atlas foi lançado na 5ª Sessão do Comitê para a Revisão da Implementação da UNCCD – CRIC5 apresentando, no cenário internacional, os avanços do Brasil no combate à desertificação.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

A metodologia adotada para geração do mapa da desertificação no país possibilitou ao MMA potencializar os resultados do PCT que levou à parceria com a GTZ. Nesse contexto, foi desenvolvida uma ação conjunta com as Secretarias de Educação dos estados do Piauí e de Pernambuco para a execução do “Projeto educacional com base no Atlas das Áreas Suscetíveis à Desertificação no Brasil” que disponibilizou material técnico e realizou capacitações sobre a temática da degradação de terras e desertificação em escolas das ASD nesses estados.

A execução deste Resultado foi satisfatória e dentro do prazo planejado.

RESULTADO 1.3 - Resgatar os conhecimentos tradicionais de convivência com as ASD.

➔ **Resultados Alcançados**

As atividades abrangeram:

- Contratação de 13 projetos de estudos e práticas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais foram identificados e avaliados na sua aplicabilidade;
- Realização de Encontro regional para difusão e troca das experiências exitosas entre os atores sociais envolvidos nos projetos e atuantes nas ASD;
- Elaboração e publicação do livro “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação” com a parceria da GTZ, DED e ASA contendo os resultados dos estudos e experiências exitosas implementadas, monitoradas e avaliadas na sua aplicabilidade.

Finalizado em 2010.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

Atenta aos aspectos qualitativos que envolvem o desenvolvimento do PCT, esta ação propiciou à Instituição Nacional Executora a formalização de importantes parcerias com

a Cooperação Técnica Alemã - GTZ, o DED e a ASA que lançaram, em conjunto, o Edital do chamado “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” direcionado a entidades sem fins lucrativos que atuam nas ASD. O instrumento veio reforçar a compreensão de que as experiências acumuladas por organizações não governamentais contribuem em grande medida para a disseminação do conceitual e de boas práticas e tecnologias de convivência com o semiaridez, focando na luta contra a desertificação e promovendo o desenvolvimento sustentável entre a população rural e as organizações de base das ASD.

Desta experiência resultou a elaboração e publicação de um 2º Edital para o “Fomento a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação”, no âmbito do Objetivo Imediato 3 deste PCT, Produto 3.3, para o qual foram disponibilizados recursos previstos na 1ª e 3ª Revisão deste PCT, além da continuidade da parceria da GTZ e ASA aos projetos.

Considera-se que os resultados alcançados atingiram plenamente os objetivos propostos superando as expectativas.

RESULTADO 1.4 - Experiências pilotos para avaliação da aplicabilidade dos conhecimentos executadas.

→ Resultados Alcançados

- Os consultores elaboraram documentos técnicos que ofereceram subsídios para os projetos pilotos formulados e implementados dentre estes o diagnóstico sobre o estado da arte da produção de mudas de espécies nativas (viveiros) nas ASD para as ações de revitalização de bacias hidrográficas, especialmente a bacia hidrográfica do rio São Francisco, contribuindo assim para o combate à desertificação em ASD;
- 10 projetos formulados e implementados;
- Os cursos de capacitação foram realizados com apoio da SEDR/MMA por meio de parceria com o MAPA, a SEMARH-PI, a Fundação Agente, a Prefeitura Municipal de Gilbués e a ONG SOS-Gilbués;
- Oficina de Curtume à Seco do Projeto Brotar na comunidade de Vaqueta, distrito rural do município de Gilbués, foi realizada por meio da parceria da SEDR/MMA com IICA e DNOCS e apoio da Associação de Agricultores Locais e da ONG SOS-Gilbués.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

Para a SEDR/MMA, enquanto instituição nacional executora do PCT BRA/05/004, a urgência do tema do combate à desertificação exige promover a intersectorialidade e a integralidade das ações no âmbito do MMA. Nesse sentido, este resultado do PCT se estendeu em uma ação conjunta entre secretarias do MMA, SEDER e SRHU, envolvendo os Departamentos de Combate à Desertificação e de Revitalização da Bacia do São Francisco, promovendo a sinergia, efetividade, complementaridade de programas e ações voltados para as ASD com vistas a melhoria das condições ambientais e convivência com a semiáridade.

No decorrer da implementação deste Resultado concluiu-se, após reunião com atores sociais relevantes do ponto de vista da implementação do PAN Brasil (Pontos Focais governamentais e da sociedade civil (representantes dos 11 estados das ASD e técnicos do MMA), que este Resultado 1.4 deveria ser executado observando o que estava proposto para o Resultado 2.3 “Estabelecer mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's e apoiar ações experimentais de implementação do PAN-Brasil”, considerando a necessidade de se integrar ações e de fortalecer institucionalidades.

Considera-se que os resultados alcançados atingiram plenamente os objetivos propostos.

RESULTADO 1.5 - Levantar, avaliar e implementar tecnologias de recuperação de áreas degradadas.

➔ **Resultados Alcançados**

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Resultado 1.5 contemplaram:

- Criação do Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (Nuperade) nas ASD do estado do Piauí em uma das áreas mais atingidas pela erosão, que compreende um dos quatro núcleos de desertificação no Brasil;
- Oficina de capacitação e treinamento em geoprocessamento para uso do aplicativo do Sistema de Informação Geográfica e direcionamento das ações a serem implementadas no núcleo de desertificação de Gilbués;

- Geração de cenários da situação atual e futura do Núcleo de Desertificação de Gilbués base de conhecimento importante para a implementação do PAN Brasil;
- Publicado o documento contendo metodologia e avaliação de tecnologias aplicado intitulado “Formulação de Subsídios para Elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico do Núcleo Original de Desertificação de Gilbués, estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre, Estado do Piauí”.

Finalizado em 2010.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

As atividades do Resultado 1.5 geraram importantes parcerias que apoiaram e potencializaram as ações no âmbito das ASD destacando:

- Parceria entre o MMA e o Governo do estado Piauí, para a criação do Nuperade, uma unidade demonstrativa para execução de projetos pilotos de recuperação de áreas degradadas com técnicas adequadas, bem como a capacitação de produtores e sensibilização da população da região sobre a temática da desertificação e difusão dos resultados positivos por meio de pesquisas, estudos e observações;
- Parceria entre a SEDR/MMA, IICA, INPE, DNOCS e SEMARH/PI para estudos, diagnóstico sobre tecnologias de recuperação de áreas degradadas e produção de material técnico e didático.

O Resultado 1.5 propiciou um avanço no ordenamento territorial em nível municipal modelo que poderá ser replicado para os demais núcleos de desertificação do Brasil.

Considera-se que o resultado foi alcançado plenamente superando a meta planejada.

RESULTADO 1.6 - Levantar, avaliar e implementar tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda nas ASD.

➔ **Resultados Alcançados**

- Os trabalhos realizados no âmbito do Resultado 1.6 contemplaram o desenvolvimento da metodologia e o levantamento de experiências e trabalhos científicos sobre tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda em ASD que envolveram universidades que atuam com o tema do combate à desertificação no Brasil, e nos países Portugal e Cabo Verde,

membros da UNCCD que também enfrentam sérios problemas de ordem ambiental, de degradação dos recursos naturais).

- Foram elaborados e executados dois projetos:

I - Estudos sobre os temas “agricultura familiar, emprego e renda em áreas de risco de desertificação” nas regiões Nordeste do Brasil, Centro Sul de Portugal e na Ilha de Santiago em Cabo Verde;

II - “Agricultura, emprego e meio ambiente em regiões com risco de desertificação”.

- Os projetos culminaram na realização de dois seminários (I e II Semiluso) no Estado da Paraíba para intercâmbio e difusão de experimentos, pesquisas e técnicas bem sucedidas que capacitaram cerca de 800 participantes incluindo técnicos e pesquisadores brasileiros, portugueses, e cabo-verdianos; representantes da sociedade civil, de movimentos sociais, de agricultores familiares das áreas com risco de desertificação, além de técnicos e representantes de ministérios, instituições públicas federais e estaduais com atuação direta na área foco do PAN-Brasil e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação.

- Foi realizado Curso sobre “Técnicas agrícolas para contenção de solo e água para agricultores familiares.

- Foi produzido documento descritivo das tecnologias, potencialidades e oportunidades.

- Os conhecimentos intercambiados e os resultados obtidos culminaram em um projeto de pesquisa e de cooperação científica e tecnológica entre as universidades brasileiras, portuguesas e caboverdianas envolvidas e na publicação de todo o material técnico e didático dos estudos realizados (Livro e CD).

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

No contexto da construção do conhecimento nas ASD a construção da metodologia para o alcance das metas previstas para este Resultado 1.6 contou com a parceria da Universidade Federal da Paraíba- UFPB (Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geociências) e de pesquisadores portuguesas e cabo-verdianos da Universidade Nova de Lisboa –UM, Universidade Lusófona de Lisboa- ULL e do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde (ISE).

Os projetos tiveram o apoio do CNPq.

Finalizado em 2010.

RESULTADO 1.7 - Monitorar e avaliar os processos de desertificação nas ASD.

➔ Resultados Alcançados

- Foram adquiridos equipamentos para o monitoramento e avaliação dos processos de desertificação mediante parceria entre a instituição nacional executora do PCT e o Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, que por meio de convênio, disponibilizou equipamentos para os 11 estados das ASD que realizaram um primeiro diagnóstico sobre o estado da arte da desertificação nas suas ASD;
- O Sistema de Gestão de Indicadores em Desertificação - SIGINDES tendo como base o software Monitor foi construído, principalmente, para a geração de cenários e mapas do avanço do processo de desertificação baseado em indicadores identificados e homologados pelo PAN Brasil;
- Foi elaborado material técnico informativo para utilização do software Monitor disponibilizado para os estados das ASD.

➔ Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos

Para o monitoramento e avaliação dos processos de desertificação o DCD/MMA fechou parceria com o FNMA que, com recursos de doação do governo holandês e por meio de um projeto de execução com a Fundação Esquel Brasil, disponibilizou equipamentos para os 11 estados das ASD, tanto para os governos estaduais quanto para a sociedade civil. Verificar no contrato da ESQUEL.

O SIGINDES e o manual de utilização foram elaborados no âmbito da parceria do IICA com o Centro de Agricultura e Meio Ambiente da Universidade do Chile.

RESULTADO 1.8 - Desenvolver e implementar o Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação (SAP).

➔ Resultados Alcançados

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Resultado 1.8 contemplaram:

- Foram realizados dois workshops para orientar a construção do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação-SAP e definir as bases conceituais e metodológica e para discussão da proposta final de elaboração do Sistema que tem como objetivo desenhar cenários atuais de vulnerabilidade resultantes do uso da terra (com ênfase nas questões de desertificação) e cenários futuros em decorrência das mudanças climáticas. Estas atividades contaram com a contribuição de especialistas nas áreas de mudanças climáticas, sistemas de informação geográfica, sensoriamento remoto, além de membros de instituições governamentais e sociedade civil que desenvolvem ações no contexto do combate a desertificação;
- No âmbito da Comissão Nacional de Combate à Desertificação foi assinado o Acordo de Parceria N° 01/2010 entre MMA e o MCTI para o desenvolvimento do SAP sob a coordenação Instituto Nacional de Pesquisa Espacial-INPE. O Acordo representa um avanço no fortalecimento das relações institucionais para o cumprimento da agenda nacional de combate à desertificação;
- O laboratório experimental do sistema de alerta precoce foi equipado. Por meio de um Termo de Responsabilidade assinado entre a SEDR/MMA e o INPE/MCT os equipamentos necessários para a elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação - SAP foram entregues ao setor responsável pela condução dos trabalhos no INPE, na forma de empréstimo;
- Os consultores elaboraram diagnóstico das ASD com dados de cobertura vegetal e uso da terra, de geologia, geomorfologia, pedologia construindo um banco de dados georreferenciado;
- Foi realizada oficina para apresentação da base metodológica e consensuar sobre os fatores determinantes do processo de desertificação e seus pesos relativos para efeito do Sistema permitindo que os resultados dos cruzamentos gerem um Indicador Regional de Desertificação;
- Todo o Sistema foi gerado utilizando software de domínio público possibilitando o acesso ao público e criada uma página WEB no seguinte endereço: <http://www.dsr.inpe.br/laf/sap/>;
- Foi gerado um mapa mosaicado para toda a área de estudo com escala de 1.500.000 e resolução de 90 metros e gerado o mapa de suscetibilidade a degradação do solo abrangendo o período de 2000 a 2010;

- O SAP foi apresentado à CNCD com a presença de representantes dos governos e da sociedade civil dos 11 estados das ASD e em outros fóruns para especialistas.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

As bases deste sistema atendem aos princípios da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (UNCCD), assim como as prioridades estabelecidas pelo PAN Brasil.

RESULTADO 1.9 - Desenvolver e testar modelagem do sistema de alerta precoce de segurança alimentar.

Produto excluído na 1ª Revisão.

RESULTADO 1.10 - Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE em Núcleo de Desertificação.

➔ **Resultados Alcançados**

No âmbito do Produto 1.10 pretendia-se elaborar o ZEE nos núcleos de desertificação identificados pelo PAN Brasil, tais como: Gilbués-PI, Seridó-RN e PB, Cabrobó-PE e Irauçuba-CE. Entretanto diante da necessidade do envolvimento dos estados onde os núcleos de desertificação se localizam e das dificuldades enfrentadas com mudanças de governos e de linhas de atuação no âmbito das administrações estaduais e até mesmo municipais os trabalhos desenvolvidos contemplaram:

- Por meio da parceria entre MMA/DNOCS/IICA/INPE foi elaborado o documento contendo metodologia e avaliação de tecnologias aplicado intitulado “Formulação de Subsídios para Elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico do Núcleo Original de Desertificação de Gilbués, estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre, Estado do Piauí” (ver produto 1.5);
- Foi identificada parceria para apoio às oficinas de mobilização social de apresentação e discussão das etapas do ZEE do Núcleo de Desertificação do Seridó-RN. As atividades seriam realizadas por meio da parceria entre o IDEMA/ RN, através de convênio com o DNOCS, e o apoio da SEDR/MMA, através do Departamento de

Zoneamento Territorial (DZT). Porém, considerando que o convênio entre o DNOCS e os órgãos responsáveis pela condução do ZEE no estado RN foi cancelado, não houve avanço neste produto por esta via;

- Para os demais núcleos definiu-se pela elaboração de subsídios para o ZEE considerando os estudos da base de dados georreferenciados do SAP para os estados PE (Cabrobó), CE (Irauçuba), RN/PB (Seridó) com informações específicas sobre cobertura vegetal e uso da terra geologia, geomorfologia e pedologia.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

O estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre no núcleo de desertificação de Gilbués propiciaram a geração de cenários da situação atual e futura do Núcleo de Desertificação de Gilbués base de conhecimento importante para a implementação do PAN Brasil. A metodologia desenvolvida a partir desta experiência pode ser reproduzida para os demais núcleos de desertificação de forma ampliada já que contam com os subsídios dos estudos específicos elaborados pelos consultores para o banco de dados georreferenciados do SAP que envolveram os estados PE (Núcleo de Desertificação Cabrobó), CE (Núcleo de Desertificação Irauçuba), RN/PB (Núcleo de Desertificação do Seridó).

Diante da necessidade do envolvimento dos estados e outros parceiros para a elaboração do ZEE e das dificuldades encontradas e aqui já referidas os estudos realizados servirão de subsídios para posterior ação voltada para o ZEE destes núcleos de desertificação.

OBJETIVO IMEDIATO 2 – Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação.

RESULTADO 2.1 - Fortalecer o MMA para a implantação das institucionalidades previstas no PAN-Brasil e na Política Nacional de Controle da Desertificação.

➔ **Resultados Alcançados**

Os trabalhos realizados no âmbito deste Resultado 2.1 focados em uma legislação pertinente revisada e adequada originaram:

- Documento de Revisão das Diretrizes da Política Nacional de Controle da Desertificação no âmbito do CONAMA - Resolução 238;
- Estudos com subsídios para a criação de legislação pertinente ao tema do combate à desertificação no âmbito nacional;
- Proposta para o Projeto de Lei nº 2447/2007 que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca apresentada ao Congresso Nacional via Senado Federal;
- Decreto Presidencial de Criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação aprovado pelas instâncias responsáveis;
- Proposta de Regimento Interno da CNCD;
- Proposta de Resolução para definição dos procedimentos para indicação de representantes das organizações civis e do setor privado dos 11 estados das ASD na CNCD.
- Dentre as atividades previstas de mobilização e alinhamento quanto ao repasse de informações sobre a temática do combate à desertificação foram realizadas:
 - Eventos de mobilização da sociedade civil dos 11 estados das ASD (10 assembleias deliberativas e um seminário) para composição e instalação da CNCD instalada;
 - Realizado o I Seminário Nacional de Combate à Desertificação para discussão de políticas públicas para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, análise das ações em curso no âmbito internacional, federal e estadual e propostas de alternativas para a maior efetividade do PAN Brasil. A realização do ISNCD mobilizou 250 atores chave para o combate à desertificação no país, incluindo especialistas, representantes dos 11 estados foco do PAN Brasil, dos Parlamentos federal, estaduais e municipais, da comunidade científica e da sociedade civil. A indicação dos participantes deu-se no âmbito das CEMAs e Seminários estaduais, além de técnicos e representantes de ministérios, instituições públicas federais e estaduais com atuação direta nas ASD;
 - Realizados eventos comemorativos ao Dia Mundial de Combate à Desertificação.
 - Como estratégias de captação de recursos e meios de implementação das ações do PAN-Brasil, foram elaboradas as seguintes propostas:
 - Acordos de Cooperação técnica entre o MMA e os 11 Estados das ASD;

- Proposta de criação do Fundo Caatinga no âmbito de uma parceria entre o BNB/MMA;
- Proposta de disponibilização de recursos do Fundo Nacional de Mudanças do Clima - Fundo Clima p/ a desertificação por meio de edital;
- Proposta de construção de arranjo institucional entre o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e instituições Financeiras públicas criando uma estratégia financeira de promoção de implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação e de iniciativas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas visando à reversão do quadro de fragilidades das ASD;
- Mapa (banco de dados) de projetos de combate à desertificação executados na parceria com Fundo Clima.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

O alcance das metas previstas para este Resultado 2.1 exigiu da instituição nacional executora do PCT a mobilização de relevantes atores sociais que atuam nas ASD, parceiros e de ampla articulação para a discussão e proposição de legislação adequada ao tema do combate à desertificação nos ambientes do legislativo (Casa Civil). Para o fortalecimento de instâncias de gestão e de criação de estratégias para captação de recursos referentes à gestão e implementação do PAN Brasil foi necessário abrir diálogo e mobilizar setores internos do MMA que atuam com temas que apresentam interface com o combate à desertificação, além de identificar instituições financeiras para proposição de parcerias e arranjos interinstitucionais que possam minimizar o quadro de fragilidades das ASD.

Nestes ambientes e cenários foram realizadas reuniões e oficinas de trabalho para apresentação e discussão, principalmente, de proposições relacionadas à adequação e criação de legislação pertinente.

Os resultados atenderam os objetivos propostos.

RESULTADO 2.2 - Fortalecer a SEDR para a articulação de políticas, programas e projetos buscando contribuir para a construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD.

→ **Resultados Alcançados**

Para o Resultado 2.2 foram geradas as seguintes Propostas:

- Proposta de Direcionamento estratégico do PAN Brasil” tendo como base a estratégia de alinhamento do PAN Brasil às novas diretrizes da Convenção;
- Documento de orientação à instituição nacional executora do PCT “Ações de Planejamento – Plano Mais Brasil-PAN Brasil/Objetivos do Milênio-ODM7”;
- Documento Base: O Plano Nacional para a Convivência com a semiaridez: Desafios para o Uso Sustentável dos Recursos Florestais e de uma Produção Agropecuária Ecológica, Base para uma Transição Agroecológica no Combate à Desertificação;
- Proposta contida no “Relatório da Missão Internacional da Plataforma de Cooperação do Memorando de Entendimento para o Combate à Desertificação”, envolvendo a instituição nacional executora, o IICA, o PNUD, o PNUMA, a GTZ;
- Documentos Consultores do CAR;
- Proposta Consultor Mobilização Social;
- Proposta Consultora Análise da Metodologia;
- Documentos Consultor Apoio DCD;
- Proposta de realização do I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação.

Para o alcance do Resultado 2.2 foram realizadas as seguintes atividades:

- II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste e I Conferência Regional sobre Mudanças Climáticas e o Nordeste - balanço sobre o conhecimento científico a respeito das mudanças climáticas no Nordeste, as vulnerabilidades e possíveis impactos e medidas a serem tomadas. Resultado: “Carta de Fortaleza” - documento entregue ao Ministro do Meio Ambiente com recomendações de medidas e políticas públicas para mitigação e adaptação da região Nordeste às mudanças climáticas;
- Oficina de Planejamento Operacional do PAN Brasil com 31 participantes, membros de instituições e órgãos que integram o Programa;
- Audiência Pública Ordinária “Caatinga – Bioma Exclusivamente Nacional” realizada na Assembléia Legislativa do ES, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal na qual foi destacada a urgência do tema do combate à desertificação e a necessidade de aprovação da Política Nacional;

- Workshop Mudanças Climáticas e Agricultura no Semiárido para difundir abordagens científicas sobre o tema mudanças climáticas no semiárido e ampliar as discussões sobre o efeito das mudanças climáticas na produção agrícola da região.

→ Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos

2006:

- Visando fornecer suporte às atividades da equipe da CTC-SRH/MMA em face à demanda de trabalho junto aos onze estados inseridos nas ASD e da necessidade de se cumprir os compromissos assumidos com os diversos parceiros, efetuou-se a compra de equipamento de informática com especificações apropriadas;

Participação nas Conferências Estaduais do Meio Ambiente dos Estados CE e PI;

- Participação na Audiência Pública da Comissão Mista Especial do Congresso “Mudanças Climáticas” com discussão do tema da desertificação;
- Participação no ato comemorativo do P1MC.

2008:

- Participação na 51ª Reunião Extraordinária do CONAMA e do painel de debates sobre o tema “caatinga e mudanças do clima: desafios e iniciativas”;
- Apoio à realização e participação em atividades comemorativas ao Dia Mundial de Combate à Desertificação: i) Audiência pública” na Assembléia Legislativa-CE para discussão do tema “Combate à Desertificação e a Integração de Políticas Públicas” ii) 2º Seminário Estadual de Combate à Desertificação do Rio Grande do Norte;
- Participou da Oficina de acompanhamento da gestão do Programa de Revitalização do São Francisco-PRSF e interfaces com o PAN-BRASIL;

2009

- Comemoração ao Dia Mundial de Combate à Desertificação;
- Seminário comemorativo ao Dia Mundial de Combate à Desertificação realizado pela Assembléia Legislativa do ES.

RESULTADO 2.3 - Estabelecer mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's e apoiar ações experimentais

de implementação do PAN-Brasil. (Produto modificado no Documento de Revisão N° 3).

→ Resultados Alcançados

Os trabalhos desenvolvidos para o alcance das metas deste Resultado 2.3 contemplaram:

- Reuniões de mobilização social com a participação dos Pontos Focais Estaduais (governamentais, parlamentares e sociedade civil) para discussão e consenso em relação as bases para o processo de elaboração dos 11 Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs. Estas iniciativas contaram com a parceria e apoio de órgãos, federais e estaduais, além da Cooperação Técnica Alemã (GTZ) DED, IICA e ASA;
- Reuniões periódicas com os PFs estaduais, para avaliação das atividades de elaboração dos PAEs, para a troca de informações entre os PFs sobre a condução do processo, os avanços, resultados preliminares, dificuldades encontradas e previsão de conclusão do processo de elaboração dos PAEs em cada um dos estados foco do PAN-Brasil;
- Curso de Capacitação em Gestão Interinstitucional para os Pontos Focais Estaduais (governo, parlamento, sociedade civil) e os coordenadores dos PAEs visando o aperfeiçoamento destes na área de gestão interinstitucional. O curso realizado com o apoio da GTZ teve como objetivo ampliar as capacidades de coordenação, de construir uma rede cooperativa de articulação interinstitucional e pactuação multilateral e de estabelecer estruturas e esquemas para a gestão compartilhada baseando em conceitos de articulação e gestão interinstitucional;
- 11 documentos finais dos PAE's elaborados, sistematizados e divulgados. A finalização dos PAE's consolidou a institucionalização do tema no âmbito estadual por meio de um instrumento que contribuiu para um melhor planejamento, para o desenvolvimento de ações integradas e para o norteamento dos investimentos públicos e privados;
- Discussão de proposta metodológica, no âmbito da CNCD com a representação dos 11 estados das ASD, para apoio à implementação e avaliação dos PAE's e para os trabalhos de articulação com diferentes instituições governamentais e não governamentais onde foi proposta uma estratégia de implementação dos PAE's nas áreas

prioritárias e temáticas contempladas por meio da parceria com o Fundo Clima e FNMA/CEF;

- Reuniões Regionais com representantes dos estados e colaboradores para discussão das ações de implementação de Projetos Piloto de desenvolvimento local integrado e sustentável em áreas prioritárias definidas pelos PAEs.

Projetos Piloto de desenvolvimento local integrado e sustentável formulados e implementados :

2011:

- Realizadas visitas de campo às ASD dos estados de Pernambuco e Sergipe para definir comunidades para implantação dos Projetos Pilotos de desenvolvimento local integrado e sustentável. As áreas visitadas foram: Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Olho D'água do Casado e Nossa Senhora da Glória/SE e Floresta/PE. Foram realizadas reuniões de sensibilização, apresentação e potencialidades para o manejo da agrobiodiversidade e realizadas visitas de campo com representantes das comunidades. Também foram mantidos contatos com instituições locais de assistência técnica para conhecimento da capacidade para apoiar na implantação dos Projetos Pilotos;
- Realização de Oficinas 05 a 08 de dezembro de 2012, em Recife/PE: Oficina de Planejamento do Encontro Científico e de Tecnologias Sociais de Convivência com a semiaridez e Oficina de Avaliação e Planejamento das ações com o FNMA e Fundo Socioambiental da CAIXA para o combate à desertificação, realizada em Recife/PE;
- Consultoria Viveiros - Produtos BA e SE AL e PE - Relatório Técnico diagnóstico sobre o estado da arte da produção de mudas de espécies nativas (viveiros) nas ASD dos estados da BA e SE.

Propostas metodológicas de apoio à implementação e de avaliação dos PAE's nos onze estados elaboradas:

- Projetos Fundo Clima/2011 - projetos em parceria com os governos estaduais e a sociedade civil, voltados para implantação de boas práticas para a convivência com o semiárido implementação dos PAEs e projetos pilotos;
- Relatório Técnico análise do PAE/MG com foco na identificação das metas e ações que contribuem com a melhoria do acesso à água nas ASD;

- Produtos Consultoria Saberes - Relatório Técnico levantamento com identificação dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais na região do Baixo São Francisco.

Foram considerados para o cumprimento desta meta os seguintes eventos:

- Reuniões técnicas de capacitação, diálogo, monitoramento e avaliação da implementação dos PAE's realizadas;
- Reunião da CNCD com a participação dos Pfs, em 29 de setembro de 2011;
- Oficina Estadual de Validação do PAE/PB realizada em 07 de outubro de 2011;
- Participação do DCD na “Pré Conferência Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga - A Caatinga na Rio+20”;
- Reunião realizada em Aracaju/SE, em 09 de fevereiro de 2012, do Diretor do DCD-SEDR/MMA com a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SE para discutir questões referentes à implementação do PAE/SE;
- Seminário PAE/MA;
- Reuniões CNCD;
- Reunião PAE/ES em Brasília/DF, no dia 17 de Junho 2013;
- Reunião do GT-CNCD para revisão do Regimento Interno, nos dias 09 e 10 de maio de 2013, em Maceió-AL;
- Reunião Extraordinária da CNCD realizada nos dias 16 e 17 de maio de 2013;
- Reunião Extraordinária da CNCD, nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2013, em Brasília/DF;
- Reunião de apresentação para avaliação técnica, no dia 20 de junho de 2013, no auditório do INMET – Brasília/DF;
- Reunião no BNB para discussão sobre a linha de fomento do BNB voltada para o manejo florestal com a participação do Fundo Clima;
- Reunião com o Instituto Nordeste 21 sobre Estratégia de comunicação nos projetos de cooperação técnica e para o fortalecimento do DCD. em Fortaleza/CE;
- Reunião Estados e CNCD, em Campina Grande.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

Buscando dar maior visibilidade ao processo de elaboração dos PAEs e de mobilização foram realizadas audiências públicas de discussão do tema do combate à desertificação

no âmbito das Assembleias Legislativas dos estados do CE, RN e ES e atividades comemorativas ao Dia Mundial de Combate à Desertificação envolvendo parceiros e representantes dos estados das ASD.

Os estados do RN e do CE optaram por ampliar seus estudos para a delimitação (mapeamento) de suas ASD de forma a aprofundar os conhecimentos e trazer mais subsídios para a elaboração de seus PAEs especializadas (pessoa jurídica) para a produção do documento final do PAE/PE e para o apoio à realização do Seminário Estadual de lançamento do PAE/PE.

Foram definidas parcerias e equipe de acompanhamento de todo o processo e sistema de informações gerenciais e de monitoramento e avaliação que permita o acompanhamento da implementação dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação (PAE's) e o PAN-Brasil pela Diretoria de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (DCD-SEDR/MMA), buscando atender as recomendações e orientações da Convenção de Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

RESULTADO 2.4 - Fortalecer o MMA para o cumprimento da Agenda Internacional e na construção de parcerias estratégicas para representar os interesses nacionais e regionais nos fóruns de discussão da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca –UNCCD.

➔ Resultados Alcançados

2011:

- GRULAC, CRIC, COP, MERCOSUL;
- Participação na COP10 na Coreia do Sul no período de 10 a 21 de outubro de 2011.

2012:

- Participação nas reuniões do MERCOSUL e na Rio+20 (nos fóruns da UNCCD);
- Realização da Taller Regional-Reunião Extraordinária CNCD – Apresentação e discussão do documento do projeto Econormas.

2013:

- Realização da Reunião e Lançamento do Projeto Intervenções – Uruguai – ECONORMAS, nos dias 19, 20 e 21 de março de 2013;
- Participação na Conferencia Científica e na reunião preparatória do CRIC em Bonn-Alemanha no período de 9 a 19 de abril de 2013;
- Realização da Reunião Técnica para levantamento de subsídios para o Plano de Intervenção e projetos associados, instrumentos que comporão a Estratégia de Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca no Núcleo de Desertificação de Irauçuba, nos dias 23 e 24 de maio de 2013, em Irauçuba/CE;
- Realização do Taller Regional de apresentação das ações de alinhamento dos Planos Nacionais de Combate à Desertificação à Estratégia Decenal da UNCCD e levantamento de subsídios para uma Proposta de Programa Regional MERCOSUL, nos dias 10, 11, e 12 de junho de 2013;

Estratégias para captação de recursos e meios de implementação das ações do PAN-Brasil estabelecidas:

2012:

- Elaboração do documento proposta “Project Information Form-PIF” a ser apresentada ao GEF (parceria PNUD);
- Documento a ser apresentado na 2ª conferência Científica UNCCD – Bonn;
- Relatório Nacional 2012.

2013:

- “Relatório Técnico: Versão Final do Relatório Nacional de Implementação da UNCCD”;
- Resumo Conceitual Metodológico.

Documentos contendo planos de implementação das ações previstas nos Acordos de Cooperação firmados entre os Países Parte elaborados:

2012:

- Projeto ECONORMAS e os documentos elaborados para a etapa 1 do Projeto
- Produto Econormas MERCOSUL : Análise do PAN Brasil com vistas à Estratégia Decenal da UNCCD.

Ações previstas nos Acordos de Cooperação firmados entre os Países Parte implementadas (Acordo de Cooperação: ECONORMAS/MERCOSUL):

2012:

- Produto 2 do projeto Econormas/MERCOSUL que contem a metodologia para a definição e mapeamento das áreas críticas para ações de intervenção do MERCOSUL;
- Documentos Econormas/MERCOSUL: produto elaborado pelo consultor e relatório reunião extraordinária CNCD.

2013:

- Documento preliminar do Projeto de Intervenções ECONORMAS;
- Metodologia (implementação do projeto Intervenções ECONORMAS – Irauçuba).

2014:

- Documento do Projeto de Intervenções Irauçuba.

Ações executadas até 2010:

2006:

- Em função do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação o MMA cumpriu uma agenda de atividades com objetivo de divulgar e dar visibilidade ao tema no âmbito nacional e internacional. Dentre as atividades desenvolvidas por meio do PCT e parcerias, destacam-se: Exposição “Olhares sobre o Semi-Árido de telas com a temática da desertificação; Lançamento dos Produtos Filatélicos selo, cartão postal e carimbo; edição da Cartilha “Conhecendo o PAN-Brasil”. No âmbito internacional foi realizado o SIDE EVENT - Strategic Alliance Between the Convention on Biological Diversity and the Convention to Combat Desertification: Advances and Challenges, realizado na COP 8; o Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano “Agricultura Familiar em Regiões com Risco de Desertificação;
- Em relação à participação do Brasil no cenário internacional, foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho Intergovernamental - IIWG da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD); a XI Reunião Regional do Grupo de Países da América Latina e Caribe para Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – GRULAC; Seminário Internacional de Encerramento do Ano dos Desertos e da Desertificação; reuniões do Grupo AD HOC de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – MERCOSUL; Workshop do Memorando de Entendimento (MoU) e Workshop para Discussão do “Relatório Nacional - Implementação da CCD 2002-2006”;

- Foram desenvolvidos os seguintes produtos previstos no PCT: “Relatório Nacional - Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação 2002-2006” (versões: português e inglês); a Estratégia MERCOSUL de Luta contra Desertificação e Seca (versões: português e espanhol.); produtos referentes à criação de imagem e materiais institucionais (versões: português e inglês) e o Relatório da Consultoria sobre o Memorando de Entendimento;

- Para concretização dos produtos referidos foram contratadas consultorias especializadas.

2007:

- Participação: CRIC 5 /UNCCD, Buenos Aires: realização do Side Event “Avanços do Brasil na Implementação da UNCCD” (lançamento do “Atlas das Áreas Suscetíveis à Desertificação do Brasil” e do livro “Indicadores de la Desertificación para América del Sur”, parceria do Programa IICA/BID;

- Participação na Reunião do Grupo de Países da América Central e Caribe (GPACC), Santo Domingo/República Dominicana, que discutiu o documento de planejamento dos 10 anos da UNCCD, elaborado pelo IIWG;

- Participação na Reunião do IIWG que discutiu o 1º Draft Strategic Plan elaborado pelos consultores internacionais;

- VI Encontro do IIWG que finalizou o documento final do Plano Estratégico de Implementação da UNCCD apresentado na COP8;

- Participação na Reunião de Lançamento do Programa Temático nº 5 – Conhecimentos, Tecnologias e Práticas Tradicionais na Luta contra a Desertificação e Mitigação da Seca na América e Caribe;

- Participação na V Reunião do Grupo Ad Hoc de Luta Contra Desertificação, em Assunção, na qual foi efetuada a revisão e consolidação do documento “Estratégia Mercosul de Luta contra a Desertificação” e do Acordo de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul referente à Estratégia;

- Participação no V Fórum África-América Latina e Caribe para o Combate à Desertificação, em Santo Domingo/República Dominicana;

- Em cooperação com países da América Central, por meio da parceria com o DED, GTZ e ASA realizou atividades de capacitação para captação de água de chuva e educação contextualizada.;

- Participação no XII Encontro Regional para América Latina e Caribe da UNCCD, em Port Of Spain - Trinidad e Tobago, no qual foi definida programação e recursos para a realização no âmbito da COP8 dos sides events de apresentação da Estratégia Mercosul e do Programa de Combate à Desertificação dos Países de Língua Portuguesa; foi defendida e lograda a proposição do GT Mercosul de Combate à Desertificação de inserir o Uruguai no Bureau da COP8 e consolidada a posição do Brasil como um país cooperante;
- Participação na COP8/UNCCD, em Madri/Espanha na qual coordenou três Sides Events: o primeiro em parceria com o Unicef; o segundo com os países membros do Mercosul e o terceiro em conjunto com CPLP;
- Participação na VII Reunião Ordinária de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul e das reuniões dos Grupos Ad Hoc, em Montevideu-Uruguai. Foram definidos o Plano de Trabalho para implementação da 1ª fase da “Estratégia Mercosul”, bem como o orçamento e o cronograma de atividades estimados para esta fase. Discutiu-se um Projeto de Decisão elaborado pelos países da América Latina e Caribe sobre combate à desertificação para ser levado no próximo Fórum de Ministros do Mercosul a ser realizado em Santo Domingo, República Dominicana, no começo de 2008. Foi discutida a proposta de texto do Senador Inácio Arruda para o Parlamento Mercosul reconhecendo e recomendando a Estratégia, assim como um draft do Programa de Ação Subregional (PAS) com apoio do Mecanismo Global, FAO e UNCCD;
- Participação na Reunião da CEPAL, preparatória para a CDS (ONU), em Santiago/Chile, na qual foi elaborado o documento que aborda questões sobre biodiesel, desertificação entre outras para ser apresentado a CDS;
- Publicado o documento “Estratégia MERCOSUL de Luta contra Desertificação e Seca”.

2008:

- Participação na reunião de discussão do Memorando de Entendimento entre a Secretaria Executiva da UNCCD e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP realizada na sede da UNCCD, em Bonn-Alemanha;
- Participação nas reuniões do SGT 6 do Meio Ambiente e do Grupo Ad Hoc no âmbito do Mercosul realizadas em Buenos Aires-Argentina para discussão de proposta conjunta de projetos a serem encaminhados à União Europeia (UE) com o propósito de

obter apoio financeiro para o combate à desertificação e os efeitos da seca nos países que formam o Mercosul;

- Em Salvador-BA, o Brasil, por meio da SEDR/MMA, coordenou a realização do Seminário “Iniciativa Latino-americana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD”- ILACT com objetivo de melhorar a efetividade na formulação e implementação de estratégias e políticas de combate à desertificação e à seca na região da América Latina por meio dos conhecimentos científicos e tecnológicos. A iniciativa contou com a participação dos Pontos Focais Nacionais da UNCCD, pesquisadores e gestores de ciência e tecnologia dos países latino-americanos;
- Participação, em Recife/PE, no Encontro de Peritos da Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA) sobre recursos hídricos, semiárido e desertificação, preparatório para a Reunião Ministerial sobre Recursos Hídricos e Desertificação a realizar-se em Riade-Arábia Saudita;
- Foi realizada reunião de discussão e averiguação da estrutura para realização da COP-9 e da II ICID no Brasil e visitação dos espaços nas cidade de Sobral e Fortaleza-CE;
- Participação na Reunião Ordinária do Grupo Ad Hoc em combate à desertificação do Mercosul;
- Participação no CRIC7-UNCCD em Istambul – Turquia;
- Participação, por designação do Ministro do meio Ambiente, na Reunião de Ministros dos Grupos dos Países Árabes e da América do Sul de discussão das temáticas “recursos hídricos e combate à desertificação”, em Riade - Arábia Saudita.

2009:

- Reunião do Secretário e do Coordenador de Combate á Desertificação da SEDR/MMA com o Oficial de Programa para Gerenciamento do Conhecimento em Ciência e Tecnologia da UNCCD e da representante do Departamento Nacional de Combate à Desertificação do México, para informes sobre a implementação da UNCCD;
- Realização de reuniões de trabalho e atividades com a finalidade de apresentar (divulgar) a proposta da ICID+18 e articular parcerias e apoio técnico-financeiro e logístico;

- Participação na Oficina preparatória para a Conferência Científica da 9ª Reunião do Comitê de C&T da UNCCD. Os objetivos da Oficina foram os de produzir um documento para subsidiar as posições brasileira na 9ª Conferência das Partes da UNCCD (COP9);
 - Participação na 17ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas-CDS-17 cujos temas da pauta durante o ciclo atual são: Agricultura, Desenvolvimento Rural, Terra Seca, Desertificação e África;
 - Participação no Workshop sobre o Projeto Desertwatch que teve como objetivo discutir a implementação da avaliação do projeto no Brasil, em Portugal e em Moçambique; desenvolver uma cadeia de processamento que permita produzir indicadores de desertificação através de dados de observação da Terra e implementar uma cadeia de processamento computacional que permita a sua posterior utilização pelos usuários finais;
 - Participação na Reunião dos Pontos Focais Sul-Americanos da UNCCD que teve como objetivo desenvolver, no âmbito da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), agenda de cooperação no combate à desertificação;
 - Foi contratada consultoria especializada para a produção do material técnico-didático “ Glossário de Termos e Conceitos usados no contexto da UNCCD”;
 - Foi finalizado o trabalho da consultoria especializada (pessoa física) que elaborou material técnico para subsidiar a implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação projetando o longo prazo, considerando as diretrizes da UNCCD;
 - Foi contratada consultoria (pessoa física) para o desenvolvimento de atividades e ações na área de tecnologia da informação para gestão e atualização de conteúdo de site dinâmico, destinado à divulgação da ICID II.
- 2010:
- Em agosto/2010 foi realizada, em Fortaleza/CE, a II Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Áridas e Semiáridas - ICID +18 que teve como meta incluir de forma efetiva as questões relacionadas aos efeitos do aquecimento global em regiões áridas e semiáridas nas agendas de debates nacionais e internacionais;

- Durante a ICID lançou-se oficialmente a Década das Nações Unidas de Combate à Desertificação pelo secretário executivo da UNCCD;
 - Os participantes ofereceram recomendações de políticas para consideração na Rio + 20, a reunião de cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento que se realizará no Rio de Janeiro, em 2012;
 - Como resultado da ICID: Declaração de Fortaleza, documento que consolida as recomendações para o fortalecimento da governança dessas regiões, com a tomada de poder e maior representação política das populações que nelas vivem;
 - Foram contratados serviços de consultoria especializada para apoiar a realização da ICID;
 - Reuniões da CPLP, ASPA e Mercosul.
- 2011:
- Edital 184/2011 - TR/PF/IICA-1464 para seleção e contratação de consultor, na modalidade produto, para elaborar informações técnicas e metodológicas que subsidiem a Diretoria de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (DCD-SEDR/MMA) na preparação de documentos para participação brasileira na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e nos demais fóruns de discussão da temática do combate à desertificação em âmbito regional e internacional;
 - Consultor selecionado via Edital 184/2011 que elaborou o Produto 1: “Relatório contendo as instituições e atores sociais que serão consultados, as principais informações que cada um dos produtos deverá conter e uma definição geral da estrutura das reuniões a serem organizadas”, e o Produto 3: “Relatório contendo metodologia, programação, materiais de divulgação para um evento paralelo (desdobramento) a ser realizado durante a 10ª Sessão da - COP 10/UNCCD;
 - Foram entregues e aprovados pela DCD-SEDR/MMA e IICA quatro produtos de consultoria referentes às parcelas 4, 5 e 6 do Contrato de Prestação de Serviços N° 110191 que apoiou a realização da II Conferência Internacional Sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID +18).
 - Em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Desertificação foi elaborado material técnico informativo sobre o tema do combate à desertificação e realizado evento onde foi assinado convênio entre o FNMA e a Caixa Econômica Federal. Foi

anunciada a chamada do edital para apresentação de alternativas para o processo de desmatamento, principal vetor da desertificação, em três regiões envolvendo indústrias estratégicas para a construção civil (gesso e cerâmicas), A chamada contempla a questão da segurança energética doméstica, com fogões ecológicos, vez que a lenha responde por mais de 80% da energia para cocção dos alimentos;

- Projeto ECONORMAS;
- Evento DESERTWATCH, em Campina Grande/PB.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

Lançamento da II Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID +18) e do livro “Glossário de Termos e Conceitos usados no contexto da UNCCD.

OBJETIVO IMEDIATO 3 - Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

RESULTADO 3.1 - Elaborar e implementar o Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação com vistas a formação profissional, a pesquisa, ao planejamento e a gestão estratégica.

➔ **Resultados Alcançados**

Os trabalhos desenvolvidos contemplaram:

- A formatação de um programa e a implementação de atividades de capacitação que sensibilizaram, mobilizaram e levaram o conhecimento sobre o tema do combate à desertificação (em suas dimensões ambientais, sociais e econômicas) aos mais diversos públicos no âmbito governamental e da sociedade civil organizada dos 11 Estados das ASD;
- A capacitação de 300 atores sociais por meio de atividades como seminários, cursos e oficinas que privilegiaram o debate de idéias e práticas aprendizados,

intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre estratégias de convivência com o semiárido, oferecendo uma ampla visão a respeito do tema;

- O desenvolvimento de metodologia, programação e conteúdos técnicos para capacitação de 50 técnicos nas áreas de produção de dados especializados e de avaliação dos processos de desertificação no nível estadual e local e de 50 atores sociais para a utilização do SIGINDES;
- Num esforço para introdução de novos conceitos e práticas de modo a potencializar a participação de educadores nas ações de prevenção e combate à desertificação, a instituição nacional executora do PCT, por meio de parceria com o MEC, realizou no Programa Salto para o Futuro da TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação), a Série “Combate à desertificação: um desafio para a escola” Especial sobre o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação;
- Foram realizadas quatro capacitações sobre o tema da desertificação que envolveram atores no âmbito internacional: ILACT; ICID; Mercosul e I e II Semiluso;
- Foram apoiadas diretamente, 2 instituições de ensino superior (UFPB e UFCG) na implantação de linhas de pesquisas e programas voltados para a temática da desertificação. No decorrer do processo de desenvolvimento do PCT verificou-se dificuldades de se firmar parcerias com as instituições considerando que estas instituições seguem normativas específicas do MEC e que nem sempre é possível trazer novas linhas temáticas para dentro de um programa de pesquisa;
- Outras instituições como o INSA/MCTI que sedia o Ponto Focal Científico do Brasil no âmbito da UNCCD tiveram projetos de pesquisa apoiados;
- Foram realizadas 11 oficinas previstos no programa de capacitação coordenados, organizados e realizados de forma a dar suporte e trazer subsídios para a elaboração dos PAEs;
- Materiais técnicos e didáticos produzidos por meio do PCT foram publicados (impressos ou CDs), em pequenas tiragens, para serem utilizados como referenciais nas capacitações e/ou que foram resultado destas atividades. Todo o material produzido envolveu parcerias que apoiaram a elaboração e/ou a publicação.

Porém, apesar de uma série de publicações voltadas para a produção do conhecimento sobre o tema não foi possível à instituição nacional executora do PCT elaborar um

programa sistemático de publicações técnico-científicas sobre o tema visto que esta iniciativa iria requerer uma ação direta do MMA dificultada por questões de gestão interna e ao constante contingenciamento de orçamento entre outros. Da mesma forma para a produção de Periódicos com os resultados do Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação.

Dentre os materiais produzidos destacam-se como publicações impressas: “Cartilha PAN Brasil”, Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: Questões para Debate”; Caderno de Resumos do Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano Agricultura Familiar em Regiões com Risco de Desertificação; cartilha impressa “Agrofloresta no combate a desertificação”, publicada em parceria com GTZ, ASA e o Instituto de Permacultura em Terras Secas-IPÊTERRAS; III Caderno de Experiências: Agroecologia transforma paisagens desertificadas; “Projeto Áridas : Guia de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável”; livro “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação” com a parceria da GTZ,DED e ASA; livro impresso “Glossário de Termos e Conceitos usados no contexto da UNCCD”; e publicações em CD: “Projeto Áridas – Memória e Acervo”; Progr 1 Salto p/ Futuro;

Foram elaborados os Módulos do Curso de Formação e Mobilização para Gestores, Parceiros e Atores de interface junto ao PAN-Brasil. Esta iniciativa foi desenvolvida com o apoio dos organismos de cooperação internacional que firmaram o MoU: PNUD, PNUMA, IICA, GTZ, UNESCO, porém verificou-se dificuldades na implementação do Programa de Formação que previa a realização de cursos em ciclos presenciais e em 3 sub-regiões. Devido a questões circunstanciais como mudanças de governos, descontinuidade de gestão houve ajustes na metodologia e no formato do curso sendo possível realizar apenas o de Gestão Interinstitucional - Capacitação direcionado aos Pontos Focais estaduais (governo, sociedade civil e parlamentos).

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

Para a efetivação das ações de combate à desertificação é necessário empreender um esforço no sentido de construir sinergias entre os programas e políticas que apresentam interface com a temática, estratégia que foi adotada plenamente pela instituição nacional executora do PCT que foi capaz de buscar as parcerias necessárias para o

incremento e a difusão dos conhecimentos de modo a contribuir para o fortalecimento da capacidade técnico operacional das instituições e entidades que atuam nas ASD.

Considera-se que os resultados alcançados atenderam aos objetivos propostos.

RESULTADO 3.2 - Desenvolver o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN-Brasil.

→ Resultados Alcançados

Ações executadas até 2010:

2006:

- O desenvolvimento das atividades previstas para a consolidação deste produto foram adiadas para 2007.

2007:

- Em elaboração o projeto do SISPAN – sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN-Brasil.

2008:

- Foi definido que o desenvolvimento do SISPAN estará interligado com as atribuições da Comissão Nacional de Combate à Desertificação recém-constituída.

2009:

- Conforme informado no Relatório anterior (2008) o desenvolvimento do projeto do sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN-Brasil estará interligado com as atribuições da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

2010:

- O desenvolvimento do projeto do sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN-Brasil estará interligado com as atribuições da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e a base de seu desenvolvimento será orientada pela UNCCD, CRIC , GTZ.

2011:

- A definição de uma Coordenação Técnica específica para a Cooperação;
- Relatório sistemáticos a cada 2 meses de a sistematização e avaliação das ações em implementação;

- Reuniões internas iniciando o processo;
- Documento do TCU de avaliação da gestão das ações de combate à desertificação refletindo os esforços para implementação da Convenção para apresentar ao TCU.

2012:

- Aguardando resultados do processo de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD;
- Relatório Nacional-UNCCD e folder de divulgação elaborado para COP11.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

Considera-se que a execução deste Resultado foi satisfatória.

RESULTADO 3.3 - Fomentar Pequenos Projetos Comunitários de Combate à Desertificação (Produto incluído no Documento de Revisão N° 1)

➔ **Resultados Alcançados**

As atividades para o alcance dos objetivos do Resultado 3.3 contemplaram:

- Abertura de 3 Editais dirigidos a entidades sem fins lucrativos com atuação nas ASD;
- Contratação de 35 projetos de Iniciativas Locais de Combate à Desertificação que enfatizaram a sustentabilidade, a capacitação e a difusão de informações e práticas de combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas. Do total de 35 projetos selecionados, 4 foram implementados com recursos técnico financeiros da GIZ e 2 não concluíram, comunicaram e justificaram desistência;
- Criação do Comitê Gestor dos Projetos composto por representantes da Instituição Nacional Executora do PCT, GTZ, ASA, Fundo Clima, IICA responsável por todo o processo desde a avaliação e seleção dos projetos até o acompanhamento da execução e a elaboração de propostas de continuidade;
- Realizadas visitas técnicas de monitoramento dos projetos referentes ao “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” com objetivo de verificar in loco as experiências desenvolvidas, dialogar com as populações beneficiadas e parceiros e avaliar a implementação dos mesmos;

- Seminário para difusão e troca das experiências exitosas entre os atores sociais envolvidos nos projetos e de apresentação dos resultados;
- Elaboração e publicação do livro “Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” contendo os resultados dos estudos e experiências exitosas implementadas, monitoradas e avaliadas na sua aplicabilidade;
- Os projetos geraram rico material técnico e didático: como: Cartilha: Manual de Recuperação de Áreas Degradadas produzido pelo Instituto Cactos como material didático para as oficinas de capacitação e replicação das tecnologias sociais implantadas; Livro: Resumo Executivo - Manejo racional dos Algarobais espontâneos para o combate à desertificação no Sertão de Pernambuco elaborado pela Associação Plantas do Nordeste – APNE; Mapa digital dos Algarobais espontâneos do sertão do PE; Proposta para um “Programa de fomento à difusão de tecnologias de fogões a lenha eficientes nas áreas suscetíveis a desertificação”.

➔ **Observações sobre o Grau de Alcance dos Objetivos Imediatos**

As ações previstas para este Resultado 3.3 levaram ao incremento e à difusão de informações e boas práticas para o combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas.

Os recursos disponibilizados para cada projeto foram muito pequenos, da ordem de dezoito a vinte e três mil reais, porém muito significativos em relação ao nível de execução e aos resultados alcançados pelas comunidades locais. A experiência demonstrou que com poucos recursos é possível fazer toda a diferença, principalmente quando se trata da preservação do meio ambiente e das boas práticas de seu uso.

Os resultados alcançados demonstram o quanto iniciativas na base podem contribuir para reverter os agentes causadores do processo de desertificação. Esta é uma fórmula simples e eficaz que pode ser replicada no sentido de se construir uma mudança de percepção, pelos agentes públicos, do potencial de desenvolvimento das ASD, de valorização de suas riquezas e de enfrentamento de seus desafios.

O esforço realizado por meio do PCT demonstra, à luz dos fatos, que há formas de convivência sustentável capazes de propiciarem uma economia e manterem grande parte dos moradores nos sistemas de produção e distribuição de bens e serviços em condições socialmente dignas.

Considera-se que os resultados alcançados atingiram plenamente os objetivos propostos

4. PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PCT BRA/IICA/14/001

4.1 Identificação do Projeto

Título: Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) ”.

Área Temática: Meio Ambiente - Desertificação

Instituição Nacional Executora: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA)

Aporte da Instituição Nacional Executora: R\$ 9.999.300,15 (nove milhões novecentos e noventa e nove mil, trezentos reais e quinze centavos)

Origem dos recursos: Orçamento Geral da União em conformidade com a LOA e Plano Plurianual vigentes.

Previsão Orçamentária: PPA 2012-2015

Breve descrição do Projeto: O projeto tem como principal desafio definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD. Para isto espera fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate a desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários.

4.2 Antecedentes do PCT BRA/IICA/14/001

No atual contexto do avanço dos processos de desertificação, as questões referentes às mudanças climáticas surgem como um elemento novo, que necessita ser observado com muita atenção. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) prevê um cenário preocupante para algumas regiões da América Latina nos próximos anos.

No Brasil, cresce a preocupação com tais cenários, pois apesar de os estudos já apontarem para estes quadros de aumentos de temperatura, os planos, programas e projetos implementados pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) até então não levaram em consideração estas possibilidades. Já se verifica, no âmbito regional, que as chuvas estão mais concentradas, no tempo e no espaço, corroborando o quadro atual de mais secas e enchentes intensas. Pode-se presumir que, se esses cenários se confirmarem, as atuais ASD serão ampliadas, comprometendo a produção e a produtividade agrícola, gerando mais pobreza e mais migração.

Fazer frente a estes cenários de mudanças climáticas e avanço dos processos de desertificação exigirá um esforço para melhorar a harmonização das várias ações desenvolvidas nas ASD pelos órgãos governamentais e não governamentais. Mesmo reconhecendo o avanço na implementação do PAN Brasil, é visível que precisam ser complementados com novas ações de modo a responder a contento os anseios e às necessidades dos governos locais e dos grupos sociais diretamente impactados.

Este desafio exigirá um planejamento de médio e longo prazo que considere não somente as reais necessidades locais, mas, também, aspectos da nova conjuntura internacional e seus possíveis impactos no território nacional. As projeções de mudanças climáticas necessitarão de um tratamento específico neste novo quadro um planejamento, pactuado entre os vários Ministérios e órgão públicos federais e estaduais, o setor privado e sociedade civil que compõem a Comissão Nacional de Combate à Desertificação tendo, também, como instrumento norteador, o Plano Estratégico Decenal da UNCCD.

Conforme preconiza a UNCCD, os diferentes países signatários devem alinhar seus Planos Nacionais de Combate à Desertificação com a Estratégia Decenal 2008/2018 de modo a atuar sobre os eixos do aumento da capacidade produtiva, combate à pobreza, fortalecimento da gestão democrática, conservação do meio ambiente e participação e cidadania.

Por isso, este Projeto de Cooperação Técnica propôs apoiar, em um horizonte temporal de cinco anos ações que permitam ao Brasil chegar em 2018 com o tema amplamente difundido no conjunto da sociedade brasileira, devidamente internalizado pelas várias ações e agendas políticas e de desenvolvimento para as ASD. Neste sentido

é prioritário o fortalecimento das capacidades, a ampliação do conhecimento e sistematização dos dados e técnicas socioambientais cientificamente validadas.

Neste aspecto, este PCT objetiva subsidiar a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate a desertificação alinhadas às diretrizes da Estratégia Decenal da UNCCD. Por meio do planejamento e do fortalecimento do sistema de gestão busca contribuir para a consolidação da Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e para a estruturação da institucionalidade do tema no âmbito do governo tendo a CNCD, como protagonista nacional do combate à desertificação, fortalecida e reconhecida.

O Projeto propõe apoio técnico de forma articulada com entes da cooperação técnica internacional para que atuem alinhados com as orientações e objetivos da Estratégia Decenal da UNCCD com o MMA buscando fortalecer a cooperação interinstitucional entre os parceiros de cooperação e o Governo Brasileiro, visando obter maior sinergia e complementaridade entre os programas de cooperação para maior efetividade das ações de combate à desertificação nas ASD. No âmbito internacional, a plataforma pretende apoiar as ações firmadas pelo Brasil neste cenário para harmonizar intervenções e buscar maior cooperação com os demais países signatários da UNCCD.

O Projeto pretende definir a implantação de uma estratégia nacional de melhoria da gestão e captação de recursos orçamentários (crédito e fomento) promovendo uma articulação de investimentos com instrumentos de fomento de modo a dispor de meios para a execução do PAN Brasil e dos Programas Estaduais de Combate à Desertificação (PAEs).

Aprofundar e atualizar os conhecimentos mapeando e difundindo estudos científicos para o combate à desertificação, para a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas e o resgate de práticas tradicionais de produção definindo estratégias de intervenção para convivência com a seca e o combate à desertificação possibilitando medidas mitigadoras e de adaptação. Busca-se, com esta ação, um impacto positivo na geração e disseminação de conhecimentos sobre o combate à desertificação de modo a fortalecer as capacidades do País, estados, municípios e sociedade civil das ASD e possibilitar avanços nos processos decisórios. A CNCD atuará como catalizadora das ações necessárias.

O Projeto propõe a realização de diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca estudos que servirão de base e referência para uma estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo para as ASD. Para isso, o Projeto deverá considerar os diagnósticos dos PAEs e os dados gerados pelo Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação (SAP), sistema este desenvolvido pelo MMA em parceria com o MCTI (INPE/CEMADEN) e apoio do IICA. O Projeto deverá apoiar também a realização de estudos para a definição de um equalizador econômico que possibilite definir critérios para um piso de proteção socioambiental para produção sustentável nos espaços de semiaridez e para medidas mitigadoras e de adaptação.

Pretende-se ainda, definir a implementação de ações por parte dos governos estaduais e municipais, consonantes com as propostas oriundas dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação-PAEs e com questões de ciência, tecnologia e adaptação às mudanças climáticas. Para que o tema seja eficaz e eficientemente difundido na sociedade brasileira propõe-se aprimorar e implementar uma estratégia de intercâmbio de informação técnica contemplando diversos públicos-alvo.

Concomitantemente, o Projeto contribuirá para o desenvolvimento e implementação de uma estratégia interinstitucional para a sustentabilidade da matriz energética, de conservação e uso racional dos recursos hídricos e para a diversificação e inclusão para a produção agrícola nas ASD. Neste campo o Projeto apoiará a implementação de estratégias de intervenção para convivência com a seca e o combate à desertificação, aproveitando as estruturas postas, articulando entre si, e criando situações de referências para mostrar que é possível se conviver com a semiaridez, com critérios ambientais de sustentabilidade e com ações inclusivas. Dialogar e apoiar a implementação de boas práticas, de processos de formação de produtores para que essas boas práticas possam ter uma escala estruturante.

Para atingir os objetivos do Projeto exigirá a construção de parcerias e sistemática de trabalho que garantam permanente dedicação e empenho do Ministério do Meio Ambiente e demais agentes públicos que atuam nas ASD, órgãos dos governos estaduais e municipais, organizações e movimentos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e parceiros da sociedade civil. Ademais, a proposta do Projeto de Cooperação tem como base a UNCCD que no seu art. 2º explicita que a consecução do

objetivo de combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca exigirá dos Países Parte “a aplicação, nas zonas afetadas, de estratégias integradas de longo prazo (...)” e no art. 4º, que trata das obrigações gerais, “as Partes cumprirão as obrigações contraídas ao abrigo da Convenção, individual ou conjuntamente, quer através de acordos bilaterais e multilaterais já existentes ou a celebrar, quer sempre que apropriado, através da combinação de uns e de outros, enfatizando a necessidade de coordenar esforços e de desenvolver uma estratégia coerente de longo prazo em todos os níveis”.

4.2.1 Objetivos do PCT

Objetivo de Desenvolvimento:

Apoiar o Ministério do Meio Ambiente no planejamento e na implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e considerando o Plano Estratégico Decenal (2008-2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

Objetivos Imediatos:

OBJETIVO IMEDIATO 1: Definir a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate a desertificação com base na Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação-UNCCD.

OBJETIVO IMEDIATO 2: Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.

OBJETIVO IMEDIATO 3: Integrar, fortalecer e difundir as boas práticas de prevenção e combate à desertificação.

4.3 Execução do Projeto:

O Projeto teve início de forma mais contundente neste segundo semestre de 2014. Durante a implementação do Projeto um conjunto de iniciativas importantes e inovadoras foram programadas e, apesar de entraves iniciais de cunho administrativo/operacional e institucional que comprometeram o alcance de algumas das metas definidas, essas ações potencializaram o esforço da instituição nacional executora para harmonização das várias ações desenvolvidas nas Áreas Suscetíveis à

Desertificação-ASD pelos órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e não governamentais que atuam e dialogam com a temática da desertificação.

Um dos grandes desafios do Projeto é a construção do diálogo entre os diferentes ambientes do governo buscando integrar esforços e congregar estratégias de forma a assegurar uma institucionalidade e promover a construção de um cenário estruturador especialmente em questões voltadas para o aprimoramento do sistema de gestão, a atualização do estado da arte do conhecimento e a integração e difusão de boas práticas de combate à desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do clima nas ASD.

Nesse aspecto, essas ações guardam uma relação direta com as questões de gestão no âmbito de cada instituição e da necessidade de se firmar parcerias (governo e sociedade civil) o que, em parte, influenciou diretamente no potencial de realização das intervenções pretendidas pelo Projeto para o período aferido.

Vale destacar, enquanto ponto positivo, que os subsídios advindos do BRA/14/001 para a qualificação do modelo de gestão da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD e ações decorrentes contribuíram para avanços na definição de ações específicas das Câmaras Técnicas e dos trabalhos para a adequação do Marco Legal para a política nacional de combate à desertificação e nas diretrizes para a implementação do PAN Desertificação e da UNCCD. Essas iniciativas foram importantes para inserir a CNCD nas ações de convivência com a semiaridez de modo a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários. Além disso, é importante ressaltar que para a qualificação do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP foi realizada Oficina de Especialistas para Avaliação dos critérios para os indicadores do SAP, para sua adequação e disponibilização via internet e estão sendo elaborados acordos de cooperação com o INPE/MCTI para manutenção e difusão do Sistema.

Por outro lado, o Projeto propiciou um conjunto de ações que possibilitou avanços, nas ações para o combate à desertificação no escopo da implementação de boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez e no aprimoramento e atualização do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade. Dentre as iniciativas específicas ao BRA/IICA/14/001, vale destacar: a realização do processo de

credenciamento das agências implementadoras que contribuirão como co-executoras e cooperantes nas atividades pré-definidas pelo Projeto; a iniciação do processo de elaboração de norma técnica que definirá o guia de boas práticas para o combate à degradação de terras e desertificação; a elaboração e encaminhamento à UNCCD do relatório nacional sobre a implementação das ações propostas pela Estratégia Decenal de Combate à desertificação da UNCCD.

A parceria que vem sendo construída com outros organismos de cooperação e sociedade civil propiciou um enriquecimento do Projeto. Foram realizadas atividades iniciais de intercâmbio de experiências para a construção de uma plataforma de cooperação técnica voltada para integração, difusão e implementação de boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez com importante participação do IICA. Esta ação coordenada visa a difusão dos sistemas de convivência com a semiaridez e a potencialização da experiência brasileira como um salto para a eficácia do combate à desertificação para se chegar à eficácia da implementação da UNCCD.

Com os esforços do MMA em construir parcerias estratégicas para o enfrentamento da problemática da desertificação e com as ações acima mencionadas o PCT vem cumprido sua meta maior de contribuir para a definição de estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD. Para isto vem trabalhando no sentido de fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate à desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários.

Mesmo reconhecendo avanços na implementação do Projeto é visível que algumas metas precisam ser reprogramadas de modo a responder a contento as necessidades postas para o alcance dos resultados.

As medidas tomadas pelo Projeto foram direcionadas, principalmente, para a consolidação de importantes parcerias que contribuirão para a potencialização dos resultados propostos, conforme a seguir:

- Interlocução institucional para a gestão e acompanhamento da execução do Projeto integrando esforços e congregando estratégias que permitiram harmonizar, potencializar e consolidar as metas propostas;
- Assegurar aporte de recursos para a execução das metas previstas;
- Viabilizar contratações de consultorias técnicas;
- Viabilizar participação de colaboradores em ações transversais e com interface com a temática de modo a integrar e somar experiências, legitimar e validar as propostas do projeto.

O Projeto BRA/IICA/14/001 tem se mostrado adequado às necessidades dos beneficiários com a proposta de estratégias para a gestão e consolidação de políticas, estudos, apontando rumos para projetos e boas práticas que permitirão avançar na prevenção, controle e combate à desertificação e mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas. O Projeto tem sido estratégico para os atores envolvidos diretamente com a implantação de políticas de combate à desertificação.

Em todos os envolvidos na execução do projeto que, beneficiários do processo de absorção do conhecimento atualizado sobre o combate à desertificação, melhor desempenharão suas atividades. Impactos diretos para a reversão dos processos de degradação da terra com foco na promoção da sustentabilidade dos recursos naturais e nas populações afetadas das ASD.

Documentos que contemplam sistematização de conhecimentos:

- Relatório técnico contendo o planejamento das etapas de trabalho, metodologia apropriada, comunidades a serem envolvidas no estudo, incluindo instrumento a ser utilizado buscando a identificação histórica, cultural, social, econômica e ambiental;
- Relatório Técnico contendo o levantamento das normas legais instituídas no estado de Sergipe e identificação das metas e ações desenvolvidas pelo estado que contribuam com a melhoria do acesso à água, a convivência com a semiaridez e o combate à desertificação;
- Relatório técnico contendo levantamento das normas legais instituídas no estado do Rio Grande do Norte e identificação das metas e ações desenvolvidas pelo estado

que contribuam com a melhoria do acesso à água, a convivência com a semiaridez e o combate à desertificação;

- Relatório Técnico contendo levantamento e análise das políticas internacionais desde o marco conceitual do Programa Água Doce – PAD cujos contextos guardam potencial interface com os processos do componente Sustentabilidade Ambiental, com foco nas áreas de Educação e Saúde;
- Relatório Técnico contendo levantamento e análise das políticas nacionais desde o marco conceitual do Programa Água Doce- PAD cujos contextos guardam potencial interface com os processos do componente Sustentabilidade Ambiental, com foco nas áreas de Educação e Saúde;
- Relatório contendo o levantamento técnico financeiro dos projetos de boas práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e combate à desertificação implementadas por meio de instrumentos de fomento em articulação com os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a cooperação técnica;
- Relatório com o descritivo das atividades de avaliação técnico financeira dos projetos de boas práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e combate à desertificação implementadas por meio de instrumentos de fomento em articulação com os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a cooperação técnica;
- Relatório contendo uma descrição das atividades de capacitação técnico financeiro para os projetos de boas práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e combate à desertificação implementados por meio de instrumentos de fomento em articulação com os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a cooperação técnica;
- VI Relatório Nacional de Implementação da UNCCD;
- Primeiro esboço da Norma ABNT NBR ISO 14055 – Guia de Boas Práticas para o Combate à Degradação de Terras e Desertificação;
- Conceituação para uma Proposta para Plataforma Lusófona de Cooperação Multilateral para a Sustentabilidade Socioambiental;
- Informativo: Concepção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP;
- Uso da Curva de nível na conservação do solo e da água – Produto Osanir PT 15/004;

- Relatório sobre os pontos críticos e gargalos encontrados na fase de desenvolvimento do Módulo de Análise do Sicar e sugestões para elaboração de dispositivo legal a ser editado pelo MMA;
- Relatório contendo os resultados apurados nas reuniões do Grupo de Trabalho para a definição dos requisitos do Programa de Regularização Ambiental - PRA do Sicar;
- Relatório sobre os pontos críticos e gargalos encontrados na fase de desenvolvimento do Módulo do Programa de Regularização Ambiental - PRA do Sicar e sugestões para elaboração de dispositivo legal a ser editado pelo MMA.

Principais pontos do plano de trabalho para o próximo ano:

- Elaboração de documentos para composição do marco legal em combate à desertificação (política nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca);
- Apoiar atividades das Câmaras Técnicas da CNCND voltadas para a construção de uma proposta metodológica que possa qualificar o modelo de gestão da Comissão e ações decorrentes;
- Realização do Encontro Nacional sobre o tema “Combate à Desertificação Combate à desertificação, degradação da terra e convivência com a semiáridade para redução da pobreza e um desenvolvimento sustentável - contribuição da ciência, tecnologia, conhecimentos e práticas locais”;
- Apresentação de subsídios para elaboração da proposta para uma plataforma de ações de cooperação técnica com vista a integrar e potencializar ações de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca em projetos de cooperação;
- Proposta para um programa de capacitação e de intercâmbio de experiências com utilização da base de dados e informações de manejo sustentável de terras focada na prevenção e redução da degradação de terras, solos e conservação de água aplicáveis à realidade do Brasil, elaborada e viabilizada;
- Apoiar as ações de consultoria relacionadas a identificação e sistematização da produção científica nacional relacionada ao combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas e resgate de práticas tradicionais de produção;

- Concluir o processo para celebração dos instrumentos de incorporação das agências implementadoras credenciadas ao Projeto;
- Dar início às ações que serão acordadas com as agências implementadoras destacando, entre outras: ações relacionadas ao diagnóstico e inventário de boas práticas, a elaboração de material técnico didático referencial de boas práticas e informativo sobre o combate á desertificação, ações de apoio a capacitação em temas específicos para formulação e implementação de projetos locais para a sustentabilidade da matriz energética, conservação e uso racional dos recursos hídricos, diversificação e inclusão para a produção agrícola nas ASD, atividades iniciais para a implantação unidades demonstrativas para promoção de boas práticas nas ASD;
- Dar continuidade as ações relacionadas com a estratégia de intervenções físicas para preservação, reabilitação, adaptação ou mitigação, de caráter demonstrativo estadual e local;
- Dar continuidade e finalizar o processo de contratação de consultorias técnicas previstas para as ações de qualificação do SAP;
- Elaborar os produtos previstos para o SAP.

O Projeto apresentou algumas dificuldades iniciais em relação à execução devido a questões administrativas e/ou institucionais o que interferiu no fluxo e no cumprimento de algumas metas Nesse sentido, há um esforço para a agilização das atividades de contratação de consultorias previstas e na finalização dos documentos de base necessários para a continuidade das ações.

5. O PROJETO “ECONORMAS 004/022-II/2011/PLANES NACIONALES DE LUCHA CONTRA DYS”

5.1 Identificação do Projeto

O Projeto “ECONORMAS é resultante de uma parceria firmada entre o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a União Européia – UE, no componente Desertificação e Seca.

Este projeto tem como objetivo principal estabelecer a integração e a difusão de boas práticas de combate aos processos de desertificação e seca em quatro zonas

homogêneas da região MERCOSUL, e fornecer subsídios para o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais dos países membros do Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) às novas diretrizes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD. Esta estratégia visa reforçar o bloco do MERCOSUL como um modelo na luta contra a desertificação, de reabilitação de terras degradadas e mitigação dos efeitos da seca.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, selecionado pela União Européia coordena a execução do Projeto Econormas.

5.2 Antecedentes:

No contexto internacional a desertificação é reconhecida como uma problemática socioambiental de grandes dimensões e complexidades que afeta as regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas da Terra. O processo de desertificação é resultado de uma combinação de fatores climáticos e de manejo da terra que afeta a fertilidade dos solos levando à perda da produtividade, da qualidade ambiental e da biodiversidade. Essas perdas contribuem para a insegurança alimentar e pobreza, gerando um enorme custo humano e econômico.

O crescimento dos problemas relacionados à desertificação em todo o mundo, fez com que o tema fosse incluído na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, conhecida como Rio 92. Durante essa Conferência, vários países afetados por processos de desertificação, especialmente da África, propuseram a elaboração de uma convenção da ONU sobre o tema.

Nesse viés, deu-se a elaboração da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD), constituída por um acordo internacional entre países partes e que tem por objetivo “o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca grave e/ou desertificação, particularmente na África, através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro de uma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, que tenha em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas" (UNCCD, Artigo 2º: Objetivo)

Os países Partes ao firmarem a Convenção assumem compromissos de implementar em seus territórios ações de combate à desertificação preconizadas por este

marco legal internacional. A elaboração e implementação de Planos de Ação Nacionais de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN's é uma das principais obrigações. Estes instrumentos identificam em cada País as inúmeras atividades econômicas (agrícolas, industriais, extração mineral, entre outras) que impactam o ambiente contribuindo para a sua degradação e, concomitantemente, delimitam as áreas com risco à desertificação e afetadas por secas como foco de atuação de cada Plano.

Dadas as fragilidades institucionais, a carência de recursos financeiros e especificidades de cada país, as iniciativas propostas pelos PAN's apresentam resultados aquém do esperado. No nível regional os Países Partes da UNCCD se comprometem a construir estratégias para integração de esforços em diferentes escalas de modo a contribuir para melhorar a eficiência dos PAN's e maior eficácia na implementação da Convenção. A cooperação regional se dá com proposição e execução de ações de comum acordo voltadas para a gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços, a troca de experiências, a disseminação de tecnologias e de boas práticas de combate à desertificação e ao fortalecimento das capacidades técnico-operacional de instituições e entidades que atuam com o tema.

No âmbito do MERCOSUL, no componente desertificação e seca, levou-se em consideração a necessidade de se dispor de instrumentos institucionais que permitam harmonizar e complementar as ações preconizadas pela Convenção e pelos PAN's nas zonas regionais afetadas.

O Projeto Econormas vem ao encontro do que é proposto pelos instrumentos acima referidos ao visar um trabalho de articulação regional sobre o tema, mobilizando os países do MERCOSUL para um esforço de convergência dos PAN's como estratégia regional de enfrentamento desta problemática em zonas críticas homogêneas.

A primeira fase do Projeto ECONORMAS foi assim constituída:

(i) identificação e diagnóstico de zonas críticas do MERCOSUL do ponto de vista dos riscos e processos ativos de desertificação e seca, nas quais será possível, posteriormente, a execução de intervenções físicas de caráter demonstrativo do MERCOSUL;

(ii) levantamento e realização de análise comparativa dos PAN's, definição de linhas de base por país e por sub-regiões incluindo subsídios para o alinhamento com a UNCCD e proposta de convergência regional dos planos.

Para a segunda fase foram previstas as ações de intervenções físicas de preservação, reabilitação, adaptação ou mitigação nas zonas críticas (conforme delimitação e recomendações da 1ª etapa do projeto), além da elaboração e divulgação do chamado guia de boas práticas.

No Brasil as “Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca” estão sendo implementadas nas comunidades rurais de Aroeira, Cacimba Salgada e no Assentamento Mandacaru do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), microrregiões selecionadas para a intervenção no município de Irauçuba-CE.

Considerando que o presente Relatório de levantamento e sistematização de informações sobre a cooperação com o IICA é base para o produto final desta consultoria, neste Produto 1 optou-se por apresentar uma breve descrição do ECONORMAS cujo projeto encontra-se no Anexo 4.

ANEXO 1

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL PCD IICA BID

ANEXO 2

**RELATÓRIOS DE PROGRESSO
PCT BRA/IICA/05/004**

ANEXO 3

**RELATÓRIOS DE PROGRESSO
PCT BRA/IICA/14/001**

ANEXO 4
PROJETO ECONORMAS